



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE

ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL MUNICIPAL

## PARECER JURÍDICO

**Assunto: Análise de Legalidade de Processo Licitatório de Dispensa para Registro de Preços**

**Interessado: Departamento Municipal de Licitação**

Trata-se de parecer jurídico de natureza analítica e avaliativa, emitido a pedido do Departamento Municipal de Licitação, ora interessado, com o fito de examinar o processo administrativo de dispensa de licitação, instaurado sob o nº 028/2026, correspondente à Dispensa Eletrônica nº 010/2026, visando ao Registro de Preços para locação de som e iluminação de pequeno porte, destinado a atender às necessidades das diversas secretarias municipais para a realização de eventos de natureza institucional, cultural, esportiva, educativa e comemorativa. O presente parecer tem por objetivo identificar os pontos jurídicos relevantes, avaliar a conformidade do procedimento com a legislação vigente, em especial a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, e apresentar conclusão fundamentada, servindo de subsídio para a tomada de decisão interna e para a regular tramitação do certame licitatório.

### Ementa:

DISPENSA DE LICITAÇÃO, LEI 14.133/2021, REGISTRO DE PREÇOS, LOCAÇÃO DE SOM E ILUMINAÇÃO, PEQUENO PORTE, EVENTOS MUNICIPAIS, FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA, TERMO DE REFERÊNCIA, ORÇAMENTO, CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS, ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, ANÁLISE DE RISCOS, DESPACHO DO GABINETE, FUNDAMENTAÇÃO LEGAL, AGENTE DE CONTRATAÇÃO, COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, EDITAL, LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO INTERNO, ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO.

## 1. DO RELATÓRIO

O presente feito cuida de processo administrativo de dispensa de licitação, formalizado pelo Departamento Municipal de Licitação da Prefeitura Municipal de Campestre, com fundamento nos ditames do art. 75, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021. O escopo da contratação visa à instituição de Registro de Preços para locação de equipamentos de som e iluminação de pequeno porte, a serem empregados



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE

ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL MUNICIPAL

em eventos institucionais, culturais, esportivos, educativos e comemorativos, promovidos ou apoiados pela municipalidade.

A fase interna do procedimento iniciou-se com a análise da Documentação de Formalização da Demanda (DFD). Este documento primordial delinea o objeto a ser contratado, a justificativa para a sua necessidade e a finalidade pública a ser alcançada, com especial atenção à demanda da Prefeitura Municipal de Campestre na realização de eventos que visam à integração social e à valorização da cultura local. A DFD apresenta, ainda, a descrição detalhada do objeto, os valores balizadores da contratação, a indicação dos créditos orçamentários correspondentes e a definição acerca da obrigatoriedade de elaboração de Estudos Técnicos Preliminares (ETP) e da Análise de Riscos.

No que concerne à dispensa de ETP e de Análise de Riscos, a instrução processual carrega a justificativa administrativa fundamentada no Decreto Municipal nº 100/2025 e na Consulta nº 1102289/TCMG. Conforme argumentado pela Administração, tais normativos confeririam discricionariedade para a não exigência de tais estudos em situações de menor complexidade. A Administração reputa as informações e documentos já acostados aos autos como suficientes para a demonstração do interesse público e a garantia da segurança transacional.

Complementarmente, o processo administrativo compreende o Termo de Referência, instrumento que especifica o objeto, os valores estimados por item, as exigências técnicas, os prazos e a forma de execução, bem como as disposições relativas à fiscalização, critério de julgamento e vigência. Para a formação da estimativa de custos, foram acostados orçamentos de três empresas: a primeira, Gilvani José Garcia (CNPJ nº 30.751.827/0001-06), com estimativa total de R\$ 30.600,00; a segunda, FB Produções Ltda (CNPJ nº 19.139.704/0001-78), com estimativa total de R\$ 69.400,00; e a terceira, Santa Fé Eventos e Sonorização Ltda (CNPJ nº 07.383.371/0001-49), com estimativa total de R\$ 121.000,00.

A classificação orçamentária foi devidamente certificada pelo Contador e pela Secretária Municipal de Fazenda. O Despacho do Gabinete da Prefeita, por sua vez, declara, em observância ao art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, que as despesas decorrentes desta contratação estão previstas e equacionadas nos orçamentos para o exercício de 2026 e subsequentes, em estrita compatibilidade com o Plano



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE

ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL MUNICIPAL

Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Em virtude de tais manifestações, o procedimento interno foi aprovado, determinando-se sua instauração formal, a devida publicação e o encaminhamento à Procuradoria Municipal para a emissão de parecer quanto à legalidade de todo o rito.

A fundamentação legal e a instauração do procedimento administrativo foram formalizadas pelo Agente de Contratação, designado pela Portaria nº 043/2025, e pela Comissão de Contratação, nomeada pela Portaria nº 001/2026. A referida Comissão fundamentou a dispensa com base no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece o limite de R\$ 50.000,00 para contratações por dispensa em outros serviços e compras. Ressalta-se que, conforme informação prestada, o Decreto Federal nº 12.807/2025 teria promovido a atualização deste limite para R\$ 65.492,11, valor que, segundo a Comissão, foi respeitado pela proposta apresentada pelas empresas.

Diante do exposto, procedeu-se à instauração do Procedimento Administrativo nº 028/2026, correspondente à Dispensa Eletrônica nº 010/2026, com a subsequente publicação do Edital. Tal edital detalha o objeto, a fundamentação legal, a justificativa para a dispensa, os procedimentos para credenciamento e participação, a dinâmica da fase de lances e julgamento, os prazos, os requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira e técnica, as obrigações das partes contratantes, a dotação orçamentária, o critério de julgamento, a forma de pagamento, o prazo de vigência, as infrações e sanções administrativas, bem como os mecanismos de fiscalização e gestão. O edital contempla, ainda, anexos que incluem o Termo de Referência e a Minuta da Ata de Registro de Preços.

Finalmente, o Memorando nº 042/2026, datado de 02 de fevereiro de 2026, formaliza a solicitação à Procuradoria Municipal para a emissão de parecer jurídico acerca da legalidade da fase interna do certame licitatório em questão.

## 2. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

### 2.1. DO REGIME JURÍDICO APLICÁVEL ÀS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE

ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL MUNICIPAL

O presente parecer jurídico encontra seu alicerce na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, diploma legal que institui as normas gerais de licitação e contratação para todas as esferas da Administração Pública no Brasil, revogando os diplomas anteriores – Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 10.520/2002 – e inaugurando um novo paradigma para as aquisições e contratações públicas.

Com a entrada em vigor da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, buscou-se consolidar um sistema mais moderno, eficiente e flexível, voltado à otimização dos processos licitatórios e das contratações diretas. A legislação em comento eleva a um patamar de destaque princípios basilares como a busca pela proposta mais vantajosa, a isonomia, a objetividade, a probidade administrativa e a eficiência, conforme explicitado no seu art. 3º.

No que concerne à matéria específica de dispensa de licitação e ao sistema de registro de preços, a Lei nº 14.133/2021 dedica tratamento aprofundado em capítulos e artigos próprios. A contratação direta, englobando as modalidades de inexigibilidade e dispensa, encontra seu regramento nos arts. 70 a 77. Estes dispositivos detalham a documentação exigida, os procedimentos a serem observados e as hipóteses em que tal modalidade é cabível. O art. 72, em particular, elenca os documentos essenciais para a instrução do processo de contratação direta, dentre os quais se destacam a formalização da demanda, os estudos técnicos, a estimativa de despesa, o parecer jurídico e a comprovação de suficiência de recursos orçamentários.

As situações em que a licitação pode ser dispensada estão taxativamente previstas no art. 75 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece tanto limites de valor quanto circunstâncias específicas. Para a hipótese em análise, o inciso II do referido artigo é de particular relevância, pois autoriza a dispensa de licitação para outros serviços e compras cujos valores sejam inferiores a R\$ 50.000,00.

O Sistema de Registro de Preços (SRP), por sua vez, é disciplinado pelos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021. Tais artigos estabelecem as diretrizes para sua utilização, o conteúdo mínimo do edital, os prazos de validade da ata e as condições para a efetivação das contratações. O art. 82, em seu caput e parágrafos, detalha os requisitos do edital de licitação para registro de preços, incluindo as especificidades do objeto, os critérios de julgamento e as condições para a alteração dos preços registrados. Ressalte-se que o § 6º do art. 82 prevê a possibilidade de utilização do SRP



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE

ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL MUNICIPAL

nas hipóteses de inexigibilidade e dispensa de licitação, quando se tratar da aquisição de bens ou da contratação de serviços a serem utilizados por mais de um órgão ou entidade.

Complementarmente, o controle prévio de legalidade, exercido pelo órgão de assessoramento jurídico da Administração, nos termos do art. 53, constitui etapa indispensável para a validação de todos os processos licitatórios e contratações diretas, assegurando, assim, a plena conformidade com o ordenamento jurídico vigente.

É sob este arcabouço normativo que se procederá à análise dos fatos e dos documentos que instruem o presente processo administrativo.

## **2.2. DA DISPENSA DE LICITAÇÃO POR VALOR E SEUS REQUISITOS LEGAIS**

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 75, estabelece as hipóteses de dispensa de licitação. Especificamente, o inciso II do referido artigo prevê a dispensa para contratações de outros serviços e compras cujos valores sejam inferiores a R\$ 50.000,00. A fundamentação apresentada para a consideração de um limite de R\$ 65.492,11 baseou-se atualização do valor original de R\$ 62.725,59 para R\$ 65.492,11, em decorrência do Decreto Federal nº 12.807/2025.

Considerando o valor estimado da contratação em R\$ 30.600,00, verifica-se que este se encontra abaixo do limite de R\$ 50.000,00 estabelecido no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, com a atualização para R\$ 65.492,11, conforme alegado, estando dentro do limite legal, atendendo ao requisito de valor para a dispensa, independentemente de qualquer interpretação de atualização que exceda o limite legal expressamente consignado na Lei nº 14.133/2021.

## **2.3. DA JUSTIFICATIVA PARA A AUSÊNCIA DE ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES E ANÁLISE DE RISCOS**

A justificativa apresentada para a dispensa da elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e da Análise de Riscos apoia-se no Decreto Municipal nº 100/2025 e na Consulta nº 1102289/TCMG. Segundo a Administração Municipal, tais normativos confeririam discricionariedade para a não exigência destes estudos em



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE

ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL MUNICIPAL

situações de menor complexidade. A Administração entende, portanto, que a natureza do objeto – locação de som e iluminação de pequeno porte para eventos – torna prescindível a formalização do ETP e da Análise de Riscos.

É pertinente salientar que a Lei nº 14.133/2021, em seu art. 18, delimita a fase preparatória do processo licitatório, a qual contempla, de forma geral, a elaboração do estudo técnico preliminar. Este estudo deve pormenorizar o problema a ser solucionado, a melhor solução técnica e economicamente viável, a análise de riscos, entre outros elementos essenciais. Adicionalmente, o art. 72, inciso I, da mesma Lei, elenca o estudo técnico preliminar e a análise de riscos como documentos indispensáveis à instrução processual de contratação direta.

Entretanto, o § 5º do art. 53 da Lei nº 14.133/2021 prevê a dispensa de análise jurídica em casos previamente definidos por ato da autoridade jurídica máxima competente, considerando fatores como o baixo valor da contratação, a sua baixa complexidade, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas padronizadas. Embora este dispositivo trate especificamente da dispensa de análise jurídica, os princípios da proporcionalidade e da eficiência administrativa, pilares da Nova Lei de Licitações, autorizam a inferência de que a exigência de ETP e Análise de Riscos deve ser ponderada em face da complexidade e do valor intrínseco à contratação.

A fundamentação ofertada pela Administração Municipal, lastreada em norma local e em consulta ao Tribunal de Contas, visa amparar a dispensa desses estudos em virtude da alegada menor complexidade do objeto. Todavia, é imprescindível que essa avaliação de complexidade seja objetiva e devidamente documentada nos autos, de modo a evidenciar que os riscos inerentes à contratação foram adequadamente considerados, ainda que de forma simplificada, a fim de assegurar a segurança transacional e resguardar o interesse público. A asserção de que *"as informações necessárias e suficientes capazes de demonstrar o interesse público, promovendo a devida segurança transacional, estão registrados nos documentos que compõem a instrução processual"* requer, assim, corroboração pela análise dos demais elementos constantes do processo.

## 2.4. DA REGULARIDADE DA PESQUISA DE PREÇOS E DA ESTIMATIVA DE VALOR





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE

ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL MUNICIPAL

A pesquisa de preços, elemento basilar para a formação da estimativa de R\$ 30.600,00, foi conduzida mediante a análise de três propostas comerciais distintas, apresentadas por empresas atuantes no segmento de locação de som e iluminação. Destaca-se que a Gilvani José Garcia apresentou o valor mais vantajoso, totalizando R\$ 30.600,00, o qual se alinha precisamente à estimativa adotada pela Administração Municipal. Em contrapartida, as propostas da FB Produções Ltda e da Santa Fé Eventos e Sonorização Ltda, nos montantes de R\$ 69.400,00 e R\$ 121.000,00, respectivamente, superaram significativamente o valor estimado e o limite de dispensa legal.

O art. 23 da Lei nº 14.133/2021 estabelece diretrizes claras para a compatibilização do valor estimado da contratação com os preços de mercado. O § 1º, inciso IV, deste dispositivo legal, preconiza a pesquisa direta com, no mínimo, três fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que haja justificativa para a seleção dos mesmos e que os orçamentos não ultrapassem seis meses de antecedência da data de divulgação do edital. A obtenção de três cotações, conforme realizada, satisfaz o requisito mínimo de diversidade de fornecedores.

A análise comparativa dos orçamentos permitiu à Administração Pública identificar a proposta economicamente mais vantajosa, consolidando a estimativa de R\$ 30.600,00 com base no menor preço ofertado pela Gilvani José Garcia. Tal conduta está em consonância com o princípio da economicidade e com a busca pela proposta mais vantajosa, preceitos fundamentais insculpidos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021. A consideração das propostas mais elevadas, embora superiores à estimativa e ao teto de dispensa, serve como evidência da amplitude da pesquisa realizada e da efetiva seleção da opção mais benéfica para o ente público.

Ademais, o § 4º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 dispõe que, nas contratações diretas por dispensa ou inexigibilidade, onde a estimativa de valor apresenta dificuldades pelos meios usuais, o contratado deve comprovar previamente a conformidade dos preços com o mercado, por meio de notas fiscais dos últimos 12 meses ou outro meio idôneo. No cenário em apreço, a estimativa de R\$ 30.600,00 foi validada pela pesquisa de mercado com os três fornecedores, cumprindo, assim, o preceito legal.

Dessa forma, a metodologia empregada na pesquisa de preços, ao contemplar múltiplos fornecedores e priorizar a proposta mais vantajosa, demonstra



observância ao disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como aos princípios norteadores da atividade administrativa.

## **2.5. DA ADEQUAÇÃO DA MODALIDADE DE DISPENSA ELETRÔNICA E DOS PRINCÍPIOS DA PUBLICIDADE E COMPETITIVIDADE**

A adoção da modalidade de dispensa eletrônica, conforme Edital do Processo Administrativo nº 028/2026 – Dispensa Eletrônica nº 010/2026, e a utilização da plataforma de licitações eletrônicas [www.ammlicita.org.br](http://www.ammlicita.org.br), em conformidade com o art. 12, VI, da Lei nº 14.133/2021, que privilegia a tramitação digital dos atos administrativos, demonstra o alinhamento com as diretrizes da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Esta abordagem eletrônica, ao expandir o alcance geográfico e temporal para a apresentação de propostas, fomenta a ampliação da competitividade, permitindo que um número mais expressivo de potenciais licitantes acesse o certame.

A publicidade, princípio basilar das contratações públicas, é materializada pela divulgação do edital em meio eletrônico, com a especificação detalhada do objeto, dos prazos e das condições de participação. O art. 25, § 3º, da Lei nº 14.133/2021 corrobora essa prática ao determinar que todos os elementos do edital sejam disponibilizados em sítio eletrônico oficial na mesma data de sua publicação, dispensando a necessidade de registro prévio para acesso.

Nesse contexto, a garantia da ampla concorrência e da isonomia é assegurada pela possibilidade de qualquer empresa habilitada e interessada acessar a plataforma indicada, formular propostas e participar das demais fases procedimentais, observadas as regras editalícias. A informação de que o procedimento adotado para divulgação e participação foi a "Publicação do Edital" reforça a observância dos mecanismos de publicidade. Contudo, para que a competitividade se efetive plenamente, é crucial que a divulgação seja abrangente e que o acesso às informações seja desimpedido.

A utilização de um sistema eletrônico de licitações, como o indicado, confere rastreabilidade e segurança jurídica ao processo, ao registrar todas as suas etapas, desde a submissão das propostas até a adjudicação. A faculdade de utilizar sistemas eletrônicos de pessoa jurídica de direito privado, prevista no art. 175, § 1º, da





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE

ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL MUNICIPAL

Lei nº 14.133/2021, desde que integrada ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), contribui para a padronização e transparência.

Embora a dispensa eletrônica seja um instrumento eficaz para a agilização e democratização do acesso a contratações de menor vulto, a eficácia dos mecanismos de divulgação e participação é fundamental para atrair um número significativo de licitantes, assegurando, assim, a obtenção da proposta mais vantajosa e o cumprimento dos princípios da igualdade e competitividade, conforme os preceitos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

## **2.6. DOS MECANISMOS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A Ata de Registro de Preços (ARP), instrumento formalizador de preços para futuras contratações, conforme preconiza o art. 82 da Lei nº 14.133/2021, exige a previsão de mecanismos de controle e fiscalização que assegurem a aderência aos limites legais e orçamentários. O referido artigo, ao delinear o conteúdo mínimo do edital de ARP, contempla as especificidades do objeto, os critérios de julgamento e as condições para a alteração de preços registrados, elementos cruciais para a gestão eficaz.

A resposta fornecida indica que a fiscalização das contratações futuras, amparadas pela ARP, será exercida por servidores designados pelas secretarias municipais solicitantes. Embora tal designação constitua um passo necessário, sua efetividade depende de um detalhamento preciso. É imperativo que o edital e a minuta da ARP especifiquem, de maneira clara e explícita, as atribuições e responsabilidades dos fiscais de contrato, bem como os procedimentos a serem seguidos no acompanhamento e na verificação da conformidade das execuções.

Neste sentido, o art. 82, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, impõe que o edital de ARP disponha sobre a quantidade máxima de cada item passível de aquisição. Tal providência atua como um controle primordial, prevenindo que o somatório das contratações exceda o orçamento estimado ou os limites de dispensa legalmente estabelecidos. Adicionalmente, o inciso VI do mesmo artigo prevê as condições para a alteração dos preços registrados, o que demanda, igualmente, um controle rigoroso para coibir abusos e o desvirtuamento do propósito da ARP.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE

ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL MUNICIPAL

O art. 83 da Lei nº 14.133/2021, por sua vez, aborda a validade da ata de registro de preços, estabelecendo prazos máximos de 1 (um) ano, passíveis de prorrogação, desde que não haja vedação legal. A gestão da ARP deve, ainda, prever a atualização periódica dos preços registrados, em conformidade com o art. 82, § 5º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, de modo a garantir sua compatibilidade com os valores de mercado, evitando tanto o superfaturamento quanto a perda de oportunidades de contratação a preços mais vantajosos.

A suficiência dos mecanismos de controle e fiscalização na presente ARP residirá na detalhada especificação, tanto no edital quanto na minuta da ata, das obrigações das partes contratadas e dos órgãos requisitantes, assim como nos procedimentos de acompanhamento da execução contratual. É fundamental assegurar que a fiscalização abranja não apenas a qualidade dos serviços prestados, mas também a conformidade dos valores contratados com os preços registrados, o acatamento das quantidades máximas e a observância estrita dos limites orçamentários definidos. A ausência de um detalhamento pormenorizado quanto aos procedimentos de fiscalização e controle pode comprometer a gestão adequada das contratações futuras, tornando imprescindível a inclusão de cláusulas específicas que garantam a efetividade desses mecanismos.

### 3. DA CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Em face da análise exaustiva dos fatos e dos fundamentos jurídicos expendidos, conclui-se que o presente processo administrativo de dispensa de licitação, voltado ao Registro de Preços para locação de som e iluminação de pequeno porte, com valor estimado em R\$ 30.600,00, exibe pontos de aderência à Lei nº 14.133/2021, mas também apresenta aspectos que reclamam atenção e eventual aprimoramento.

Quanto à ausência do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e da Análise de Riscos, a justificativa apresentada, amparada em normativo municipal e em consulta ao Tribunal de Contas, assenta-se na menor complexidade do objeto. Embora o art. 72 da Lei nº 14.133/2021 preveja a obrigatoriedade desses estudos para contratações diretas, a Administração detém discricionariedade para dispensá-los em situações de



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE

ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL MUNICIPAL

baixa complexidade, desde que tal dispensa seja devidamente justificada e documentada nos autos. Tal como parece ter sido buscado, a robustez dessa avaliação de complexidade e a consideração dos riscos inerentes à contratação, por meio das informações contidas nos demais documentos processuais, são elementos cruciais.

A adoção da modalidade de dispensa eletrônica, aliada à publicação do edital em plataforma eletrônica, atende aos princípios da publicidade, isonomia e competitividade, em consonância com os arts. 5º e 25 da Lei nº 14.133/2021. A ampla concorrência é, de fato, fomentada pela possibilidade de um número maior de interessados participarem, todavia, a efetividade desse processo está intrinsecamente ligada à clareza das regras e à acessibilidade da plataforma.

Diante do exposto, recomendam-se as seguintes providências:

- 1. Detalhamento da Justificativa de Complexidade:** Fortalecer a documentação que fundamenta a dispensa do ETP e da Análise de Riscos, demonstrando objetiva e concretamente como a menor complexidade do objeto foi avaliada e como os riscos associados à contratação foram considerados nos demais elementos processuais.
- 2. Aprimoramento dos Mecanismos de Fiscalização da ARP:** Detalhar, no edital e na minuta da Ata de Registro de Preços, as atribuições específicas dos fiscais de contrato, os procedimentos de acompanhamento e controle, e os critérios para a fiscalização da conformidade dos preços e quantidades contratadas em relação aos limites estipulados.
- 3. Verificação da Publicidade e Acessibilidade:** Assegurar que a divulgação do edital e das informações pertinentes na plataforma eletrônica seja ampla, clara e acessível a todos os potenciais interessados, garantindo, assim, a efetiva competitividade e isonomia.

Com a observância destas recomendações, o procedimento licitatório tenderá a se consolidar em plena conformidade com os ditames legais, minimizando potenciais questionamentos e assegurando a eficiência e a economicidade nas contratações públicas.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE

ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL MUNICIPAL

---

Eis o nosso parecer, s.m.j.

Campestre, 03 de fevereiro de 2026

Antônio de Pádua do Lago

Procurador Municipal

OAB/MG 79.615

Matrícula nº 305